

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.dj@abr.com.br

Tchau, querido

O deputado Antonio Leocádio Santos, o Antonio Doido, do MDB do Pará, está praticamente abandonado pelos colegas de Parlamento. Jogar celular pela janela para não ser apreendido só agravou a desconfiança de que há muita coisa errada no reino das emendas.

Imbróglio fiscal

O Congresso Nacional está correndo contra o tempo. A aprovação do projeto de redução de benefícios fiscais prevê, também, a taxação de bets e fintechs e aumento da alíquota de juros Sobre Capital Próprio (JCP) — a fim de diminuir e complementar a redução de isenções fiscais. A pressa para a aprovação se deve ao fato de que o Orçamento só pode ser votado após o destino do projeto ser definido nas duas Casas.

Objetivos distintos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), tem feito todo o esforço para aprovar a proposta no curto prazo. A correria para votar logo por parte do governo está diretamente relacionada à arrecadação. Já os deputados querem mesmo as emendas de 2026.

Taxa ou taxa

O governo tem um plano B caso o projeto de redução de benefícios fiscais não taxe fintechs e bets: Editar uma medida provisória. A ordem é taxar até o fim do ano para mostrar ao eleitorado que o governo está comprometido com a taxação BBB: bilionários, bancos e bets.

Caso das emendas vai atravessar o ano eleitoral

As duas operações da Polícia Federal para apuração de desvio de dinheiro das emendas, com uma diferença de menos de uma semana entre elas, foram um aviso aos partidos sobre a continuidade desse processo no ano eleitoral. A investigação não vai parar no período de recesso, e a expectativa é de novas operações em breve. A situação tem irritado os líderes do Centrão, que, nos bastidores, culpam o PT. A operação sobre Mariângela Fialek, a Tuca, por exemplo, levou aliados do ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) à certeza de que ele precisa se preparar, porque seu nome ou cargo é citado 16 vezes na decisão de Flávio Dino sobre a

operação da última sexta-feira.

Veja bem/ Para os integrantes dos partidos de centro, Tuca é inocente. Muitos afirmam que ela é apenas uma servidora que seguia ordens dos líderes sobre a destinação das emendas. Deputados querem que o ministro Flávio Dino entenda que o que precisa ser criminalizado é má execução, e não a indicação. Ocorre que a falta de transparéncia nas indicações é lida no STF como algo que era feito justamente para facilitar desvios e o rastreamento dos recursos. Isso, assim como o desvio em si, ninguém pretende tolerar mais.



CURTIDAS

Gladyston Rodrigues/EM



Dos males, o menor/ O empate técnico na aprovação do governo de Lula (foto) na pesquisa Quaest, 48% aprovam e 49% desaprovam, deixou os petistas muito animados. O presidente ainda tem entregas para fazer até abril, e a tendência é melhorar a avaliação até a data da eleição.

Aliás.../ Com o senador Flávio Bolsonaro mais próximo de Lula no cenário eleitoral apontado na última pesquisa Quaest deste ano, o PL começa a se animar. Só tem um probleminha: os 36% que o senador apresenta no segundo turno contra Lula (46%) não servem para vencer. Até março, nada estará consolidado em termos de candidaturas.

Quem diria.../ Justamente na hora em que a Mesa Diretora determinou a posse da deputada Heloísa Helena (Rede-RJ), quem presidia a sessão era o deputado Alberto Fraga (PL-DF), um dos ferrenhos adversários da esquerda.

Recado inicial/ Heloísa Helena (Rede-RJ), aliás, deixou um aviso aos seus companheiros de plenário. "Aos que me odeiam, se avarem não, que o tempo passa rápido e já, já, Glauber está de volta", afirmou.

TRAMA GOLPISTA

Entre os apenados, estão o general Mário Fernandes, o ex-diretor da PRF Silvanei Vasques e membros da cúpula da Segurança do DF

STF condena núcleo 2 do golpe

Alan Santos/PR



Ex-diretor da PRF, Silvanei Vasques foi condenado a 24 anos de cadeia por uso político da corporação

Por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou, ontem, os últimos réus da ação penal que investiga a tentativa de golpe de Estado para manter o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder. Em três meses de julgamentos, o colegiado absolveu dois acusados e puniu 29, entre eles o próprio ex-presidente — acusado de liderar a trama golpista.

Na sessão de ontem, os magistrados julgaram o chamado Núcleo 2 do plano criminoso. Segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), os denunciados, que ocupavam posições profissionais relevantes no governo, gerenciaram as ações para a conclusão do golpe. Eles foram responsáveis pela elaboração da "minuta do golpe", pelo monitoramento e pela proposta de assassinato de autoridades, além de articulação dentro da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para dificultar o voto de eleitores de Lula na Região Nordeste nas eleições de 2022.

Os ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino e Cármen Lúcia seguiram integralmente o voto do relator, Alexandre de Moraes. Os integrantes do núcleo foi condenado por golpe de Estado, abolição do Estado Democrático de Direito, dano qualificado, deterioração do patrimônio tombado e organização criminosa: o ex-diretor-geral da PRF Silvanei Vasques (24 anos e 6 meses de prisão); o ex-assessor de Bolsonaro Marcelo Câmara (21 anos); o ex-assessor Filipe Martins (21 anos); e o general da reserva Mario Fernandes (26 anos e 6 meses).

A ex-diretora de Inteligência do Ministério da Justiça Marília Alencar foi condenada pelos crimes de organização criminosa e tentativa

de abolição violenta do estado democrático de direito (8 anos e 6 meses de reclusão). O delegado da Polícia Federal Fernando Oliveira foi absolvido. O colegiado entendeu que não foram apresentadas provas suficientes para a condenação dele.

Foram citados os indícios de que as blitzes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) atuaram para tentar prejudicar os eleitores de Lula no Nordeste, na votação do segundo turno das eleições presidenciais de 2022. À época, a corporação era comandada por Silvanei Vasques, aliado de Bolsonaro.

A denúncia indicou também que Mario Fernandes foi responsável "por coordenar as ações de monitoramento e neutralização de autoridades públicas, em conjunto com Marcelo Costa Câmara, além de realizar a interlocução

com as lideranças populares ligadas ao dia 8.1.2023". Câmara repassava a agenda e os deslocamentos de Alexandre de Moraes ao então ajudante de ordens de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid, segundo as investigações.

O ex-assessor da Presidência Filipe Martins foi julgado por editar a chamada "minuta golpista" e apresentar os "fundamentos jurídicos" ao alto escalão das Forças Armadas, em reunião em 7 de dezembro de 2022.

Para o ministro Alexandre de Moraes, a organização criminosa planejava, desde 2020, a trama ilegal para manter Jair Bolsonaro no poder. "Uma sucessão de atos executórios, todos eles relacionados entre si, demonstra a forte atuação dessa organização criminosa. Tendo esses réus participado de pelo menos seis momentos importantes

nessa tentativa de consumação da perpetuação de poder de um grupo político que se tornou uma verdadeira organização criminosa no país", afirmou.

Segundo o magistrado, "não há nenhuma dúvida" sobre a participação, e citou a delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, depoimentos de comandantes militares e registros de entrada no Palácio do Alvorada como provas. O relator também apontou que o general Mário Fernandes disseminava ataques contra o sistema eleitoral brasileiro, com o objetivo de confundir a população. "É impressionante como essa confusão mental, na mente do réu, faz com que se tente justificar uma atitude golpista, um atentado contra o Estado Democrático de Direito", disse.

Na sessão, Moraes também comentou o Projeto de Lei da



É algo inédito na história do Brasil que o STF tenha sido acionado, se não para impedir, mas para deixar claro que toda forma de agressão à democracia, às instituições democráticas e ao Estado Democrático de Direito hoje tem uma resposta no direito brasileiro"

Cármen Lúcia, ministra do STF

Dosimetria, aprovado na Câmara dos Deputados. Para ele, diminuir penas definidas em processos justos passaria um "recado" de tolerância com atentados à democracia. "Não é possível mais discursos de atenuante em penas, em penas aplicadas depois do devido processo legal, aplicadas depois da ampla possibilidade de defesa.

Porque isso seria um recado à sociedade de que o Brasil tolera ou tolerará novos fletres contra a democracia", afirmou.

Balanço

Ao longo do ano, o colegiado analisou um conjunto inédito de ações penais, que resultou na responsabilização dos envolvidos. Em setembro, o ex-presidente Jair Bolsonaro foi condenado pelo STF por liderar a trama golpista. Segundo a

denúncia, o ex-chefe do Executivo tinha ciência e participação ativa no plano criminoso para se manter no poder e impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também foi descoberta uma organização para assassinar autoridades e apoiar os atos que culminaram na depredação das sedes dos Três Poderes, como a última carta do grupo.

Segundo balanço do Supremo sobre os julgamentos relacionados aos ataques golpistas, foram autuadas 1.734 ações penais, resultado da atuação da Procuradoria-Geral da República e da Polícia Federal na investigação e no oferecimento das denúncias. Desse total, 619 ações trataram de crimes mais graves, como organização criminosa, tentativa de golpe de Estado e crimes contra o Estado Democrático de Direito, enquanto 1.115 envolveram delitos de menor gravidade, relacionados principalmente à incitação e à associação criminosa.

Decana da Turma, a ministra Cármen Lúcia agradeceu ao presidente Flávio Dino pela condução dos julgamentos e também ao ministro Cristiano Zanin, que presidiu o colegiado nas primeiras sessões sobre a tentativa de golpe de Estado. Ela destacou também a atuação do ministro Alexandre na relatoria dos processos, além do trabalho dos servidores do Tribunal e dos jornalistas que cobriram os julgamentos do caso.

"É algo inédito na história do Brasil que o STF tenha sido acionado, se não para impedir, mas para deixar claro que toda forma de agressão à democracia, às instituições democráticas e ao Estado Democrático de Direito hoje tem uma resposta no direito brasileiro. Essa resposta será dada porque há um Judiciário independente e imparcial para julgar todos os casos", afirmou a ministra.